

Difusão internacional das políticas alimentares brasileiras: analisando as mudanças normativas e institucionais na FAO e na CPLP

Carolina Milhorange

Como citar: MILHORANCE, Carolina. Difusão internacional das políticas alimentares brasileiras: analisando as mudanças normativas e institucionais na FAO e na CPLP. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago (org).

Política Externa Brasileira e Combate à Fome: lições do passado, perspectivas para o futuro. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 149-176. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6.p149-176>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

DIFUSÃO INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS ALIMENTARES BRASILEIRAS: ANALISANDO AS MUDANÇAS NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS NA FAO E NA CPLP

*Carolina MILHORANCE*¹

1. INTRODUÇÃO

O entendimento de que as políticas públicas não são domínios exclusivos dos Estados vem ganhando destaque. Atores não-estatais, organizações internacionais e entidades privadas ampliaram seu envolvimento na formulação de instrumentos e estratégias políticas. Tais atores interagem com administrações públicas, mas também têm

¹ Carolina MILHORANCE é Pesquisadora do Centro de Cooperação Internacional e Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento [CIRAD/Art-Dev], *Montpellier*, França (carolina.milhorance@cirad.fr). Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-3290-8596>

Este capítulo é uma tradução autorizada do artigo “Diffusion of Brazil’s Food Policies in International Organisations: Assessing the Processes of Knowledge Framing”, publicado por *Policy and Society* em 2020. <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1724362>

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6.p149-176>

a capacidade de operar independentemente. Desta forma, os espaços de construção de políticas públicas têm se mostrado cada vez mais fluidos e dinâmicos (Legrand, 2016; Stone; Ladi, 2015; Stone; Porto de Oliveira; Pal, 2019). As organizações internacionais representam espaços significativos neste sentido, atuando como plataformas para a difusão de “melhores práticas” e diretrizes de reformas. Tais organizações consolidam sua influência mediante a construção coletiva de expertise e autoridade. Algumas são reconhecidas como redes globais de políticas, caracterizadas pela troca de informações, esforços de persuasão e busca de soluções para desafios compartilhados (Devin; Smouts, 2011; Pal, 2012; Stone; Ladi, 2015).

Neste contexto, as organizações internacionais emergem como fóruns privilegiados para a construção e mediação de ideias sobre governança política, que são posteriormente disseminadas aos Estados-membros e, em alguns casos, transcendem essas fronteiras. Tais prescrições manifestam-se por meio de uma variedade de instrumentos: orientações estratégicas, benchmarks, relatórios analíticos, seminários especializados, iniciativas piloto e repertórios de “melhores práticas”, todos imbuídos de normas maleáveis e persuasivas, visando fomentar a reconfiguração de práticas políticas existentes (Delcour; Tulmets, 2019; Devin; Smouts, 2011). O presente capítulo aborda uma faceta específica deste cenário: o processo político de definição das agendas e as prescrições políticas no interior das organizações internacionais. O estudo analisa as interações entre atores estatais e não-estatais brasileiros com burocratas internacionais, delineando sua influência na definição das estratégias e recomendações veiculadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), particularmente no que tange à questão da insegurança alimentar.

A pesquisa baseia-se em 280 entrevistas semiestruturadas realizadas entre 2012 e 2015, além da análise de documentos institucionais. O arcabouço analítico combina a teoria construtivista das relações internacionais (Barnett; Finnemore, 2004; Devin; Smouts, 2011) com abordagens da sociologia política voltadas para a transferência e difusão de políticas (Hadjiiski; Pal; Walker, 2017; Hassenteufel *et al.*, 2017;

Milhorance, 2018). O estudo visa explorar os processos circulatorios da formulação de políticas, oferecendo insights sobre os mecanismos iniciais desses processos. Ele se situa na confluência de dois movimentos distintos, porém coerentes: a difusão de políticas sustentada por redes trans-governamentais (Legrand, 2016) e a emergência de políticas globais (Moloney; Stone, 2019; Stone; Ladi, 2015).

Os conceitos de tradução e socialização são mobilizados neste sentido como mecanismos políticos fundamentais, atuando como forças transformadoras que orientam a interação entre os atores na configuração e difusão de agendas e práticas políticas. Inspirado de estudos sociológicos sobre transferência de conhecimento entre diferentes campos científicos (Callon, 1986), o conceito de “tradução” é utilizado para destacar a reformulação de problemas políticos e a dinâmica de conflito e negociação entre os atores em diferentes níveis de governança (Hassenteufel *et al.*, 2017; Stone, 2012). O termo “socialização” é usado para descrever o compartilhamento e a assimilação de ideias e práticas entre os atores e as instituições envolvidas no processo de difusão (Tulmets, 2005). O capítulo argumenta que os resultados desses mecanismos são influenciados pelos recursos políticos que os atores mobilizam, sejam eles materiais, formais ou de legitimidade, bem como pelas características dos espaços onde essas interações ocorrem. Consideram-se aqui fatores como a burocratização e a fragmentação das arenas, bem como a convergência de ideias entre os atores envolvidos. Como elemento contextual, o estudo refere-se à janela de oportunidade criada pela crise financeira global de 2007/08 e a subsequente crise alimentar, que influenciaram a participação de atores brasileiros na construção de novas abordagens para políticas alimentares globais.

2. QUADRO ANALÍTICO E CONTEXTUAL

Conforme destacado por Stone *et al.* (2019), tanto indivíduos, quanto organizações e redes utilizam sua autoridade intelectual ou expertise profissional para promover ideias políticas ou legitimar padrões normativos como “melhores práticas”. Em outras palavras, a “política do

conhecimento” impulsiona a transferência e a difusão de políticas. Neste estudo, dois grupos de atores políticos são examinados, bem como as interações entre eles.

O primeiro é uma rede de políticas (*policy network*) formada por atores estatais e não-estatais brasileiros atuantes no desenvolvimento de políticas alimentares neste país. Ela inclui organizações como o secretariado de relações internacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), entre outros. Essa rede se empenhou em ampliar a visibilidade dos resultados das políticas brasileiras de segurança alimentar, particularmente da estratégia do Fome Zero (Milhorange; Bursztyn; Sabourin, 2019).

Tal esforço foi fortalecido por uma ação diplomática visando internacionalizar a referida estratégia, que contou com o apoio da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e de organizações intermediárias como o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) no Brasil e do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Como resultado, diversas organizações internacionais, como a FAO, a CPLP e o PMA, bem como ONGs internacionais, incluindo ActionAid e Oxfam, endossaram a abordagem brasileira no combate à fome e à pobreza (Fraundorfer, 2013). O caráter não governamental de certos atores nessa rede pode ser visto como um limitante estrutural para sua efetiva participação no processo de difusão de políticas (Stone; Porto de Oliveira; Pal, 2019). Portanto, a aliança com atores governamentais conferiu a esses atores recursos diplomáticos e acesso formal às organizações internacionais.

O segundo grupo inclui burocratas da FAO e da CPLP. Sua principal fonte de influência deriva do papel de ‘legitimação’ exercido pelas organizações internacionais, fundamentado na natureza técnica de suas recomendações (Barnett; Finnemore, 2004; Devin; Smouts, 2011). Tais organizações se estabelecem como espaços de interação onde atores

nacionais e internacionais debatem pontos de vista e delinham relações causais entre problemas políticos e suas respectivas soluções. A importância dessas organizações como *arenas* de especialistas e tomadores de decisão, focadas na elaboração de normas (Francesco; Guaschino, 2019). Além disso, as organizações internacionais atuam como *agentes* na disseminação de ideias e soluções políticas por meio da formulação de recomendações, diretrizes, melhores práticas e iniciativas de cooperação técnica (Devin; Smouts, 2011). Portanto, considerando que a legitimidade constitui um pilar crucial do poder dessas organizações, questioná-la representa um risco para sua posição no cenário internacional.

Entretanto, a partir dos anos 2000, a confiança na capacidade de diversas agências da ONU em cumprir seus mandatos passou a ser seriamente questionada pela comunidade internacional. Ineficiência, disfunções burocráticas e falta de transparência estavam entre as críticas levantadas (Barnett; Finnemore, 2004; Devin; Smouts, 2011). Adicionalmente, questionou-se a aptidão dessas agências para enfrentar desafios globais, como evidenciado pela crise alimentar (Fouilleux, 2009). Tal crise, provocada pelo aumento dos preços do trigo, arroz, soja e milho nos mercados internacionais e seguida por um aumento da insegurança alimentar, reposicionou a luta contra a fome no centro da agenda internacional (IFPRI, 2008). Tal situação trouxe questões como ajuda alimentar, segurança alimentar de longo prazo e o direito à alimentação para o centro do debate internacional (Peck; Theodore, 2015).

É importante destacar que Legrand (2016) vincula o aparecimento de redes de difusão de políticas à emergência de desafios políticos transnacionais. Além disso, a crise alimentar desencadeou uma «crise epistêmica» em que tanto o entendimento do mundo social quanto a autoridade dos especialistas na área tornaram-se instáveis e contestados (Hernando; Pautz; Stone, 2018).

Neste cenário, novas soluções de políticas públicas, especialmente aquelas defendidas pela rede brasileira para a segurança alimentar, despertaram interesse da comunidade internacional. Graças aos esforços diplomáticos e ao acesso que esta rede obteve às organizações internacionais, suas credenciais para cooperação neste tema passaram a

ser reconhecidas (Milhorange; Bursztyn; Sabourin, 2019). Paralelamente, diplomatas das chamadas “potências emergentes” — como Brasil, Índia e China — intensificaram críticas ao sistema ONU, visando ampliar sua participação em decisões multilaterais. As chancelarias desses países passaram a questionar o desempenho de agências específicas, sem, no entanto, desafiar o sistema ONU como um todo (Milhorange; Soulé-Kohndou, 2017). Esse ambiente favoreceu a cooperação triangular entre tais agências, entendida como um meio de promover parcerias estratégicas (FAO, 2013), e também com organizações (trans)regionais, como a CPLP e o Mercosul (Milhorange, 2018; Niederle, 2016).

As duas arenas estudadas apresentam características próprias. A FAO, com sua estrutura técnica e política abrangente, tem processos decisórios e de validação de conhecimento altamente burocráticos e fragmentados (Fouilleux, 2009). Por outro lado, a CPLP, focada na colaboração político-diplomática e promoção da língua portuguesa, é mais flexível e menos institucionalizada que as agências da ONU (Soulé-Kohndou, 2012). A CPLP, embora menos burocrática que a FAO, enfrenta escassez de recursos para suas iniciativas. Legrand (2016) ressalta que a proximidade cultural e ‘psicológica’ pode ser mais influente que a proximidade geográfica para a difusão de políticas. Na CPLP, essa proximidade se limita a uma língua e história coloniais comuns com os países africanos. Apesar da presença de Portugal nesta comunidade, ela se tornou o canal preferencial do Brasil para comunicação com países africanos, ainda que uma eventual integração cultural deva ser relativizada (Call; Abdenur, 2017).

Neste sentido, enfatizamos como a circulação global de ideias e soluções públicas entre organizações internacionais e seus membros se dá por mecanismos de socialização e tradução. O impacto desses processos depende tanto dos recursos políticos dos atores envolvidos quanto das características das arenas de negociação e debate, incluindo procedimentos de tomada de decisão e produção de conhecimento. Tais processos também podem ser favorecidos por mudanças no consenso e conhecimento políticos, como evidenciado pelas crises financeira e alimentar de 2007/08 (Peck; Theodore, 2015). Essa perspectiva analítica esclarece os micro processos

e interações transnacionais que estimulam a difusão do conhecimento (Hadjiiski; Pal; Walker, 2017; Legrand; Stone, 2018).

As seções subsequentes examinam a influência da rede brasileira para a segurança alimentar em mudanças institucionais na FAO e na CPLP e discutem a criação e difusão de políticas neste campo, bem como no tema da agricultura familiar.

3. POLITIZAÇÃO DOS PROCESSOS DECISÓRIOS NA CPLP E FAO

3.1. SOCIALIZAÇÃO E TRADUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE ‘PARTICIPAÇÃO SOCIAL’

Diversas políticas alimentares brasileiras implementadas desde os anos 2000 priorizaram a participação social como elemento central (Silva; Del Grossi; França, 2010). Neste sentido, atores brasileiros envolvidos na concepção destas políticas encontraram na FAO e na CPLP espaços estratégicos para discutir este aspecto no âmbito internacional.

Na CPLP, a aprovação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) em 2011, também conhecida como Declaração de Maputo, foi um marco significativo. Tal estratégia estabeleceu um modelo inovador de governança, criando o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) como um órgão consultivo composto por representantes de ONGs, universidades e movimentos rurais (CPLP, 2012). Um integrante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (Consea) afirmou que essa iniciativa foi inspirada pelo modelo brasileiro, contribuindo para a criação de estruturas similares em outras instâncias internacionais. A ambição era fomentar um multilateralismo inclusivo, que abarcasse a participação social. Além disso, uma Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (Redsan-CPLP) foi estabelecida em 2007, conectando mais de 400 organizações, entre elas grupos de agricultores familiares. Entrevistas com membros da Redsan revelaram o apoio de atores brasileiros à sua fundação (Maputo, abril de 2014).

Tais mudanças levaram a uma reconfiguração de certos mecanismos decisórios da CPLP, ampliando o papel de ONGs e movimentos rurais nesta comunidade (CPLP; FAO, 2014). Nesse cenário, a CPLP se tornou um fórum relevante para a produção e negociação de *soft norms* e ideias relativas às políticas públicas. Esse processo foi impulsionado por recursos diplomáticos e o acesso às organizações internacionais conferido pela delegação brasileira consolidada durante o governo Lula. Apesar da eficácia em promover a participação da sociedade civil na formulação de políticas, um debate se impôs na CPLP sobre o significado de “participação social”, levando esta rede a mobilizar seus recursos para atuar como os principais “tradutores” desse conceito.

Vale notar que, desde sua fundação, a CPLP manteve diálogos pontuais com atores da sociedade civil, mas sem impacto na tomada de decisões, conforme registros oficiais (CPLP, 1997, 1998). A definição de “sociedade civil” na CPLP também evoluiu: inicialmente abrangia personalidades individuais, atores privados e associações trabalhista (CPLP, 1998). Fundações privadas foram posteriormente incluídas como observadores (CPLP, 2006), enquanto ONGs e movimentos sociais tivessem participação limitada ou nula nesse período inicial. A criação de um espaço duradouro para o envolvimento da sociedade civil foi planejada em 2008 (CPLP, 2008b) e concretizada apenas no Primeiro Fórum da Sociedade Civil em 2013.

Diplomatas brasileiros ressaltaram a complexidade da definição da “sociedade civil” na CPLP. Para eles, o termo deveria incluir movimentos sociais, contrapondo-se a outros atores, como servidores angolanos, que defendiam um enfoque em fundações privadas e entidades filantrópicas. A perspectiva brasileira acabou ganhando espaço, abrindo caminho para a participação de ONGs, universidades e movimentos sociais. *“Houve um debate sobre o conceito de sociedade civil, mas nossa visão prevaleceu. Contudo, o documento inicial gerou controvérsias e não alcançou consenso universal. O que se consolidou no final foi o objetivo de institucionalizar a participação social”* (Brasília, julho de 2013). Essa visão foi confirmada em entrevistas com representantes brasileiros e moçambicanos (Brasília, julho de 2013; Maputo, março de 2014). Relatórios do Consan destacaram a meta de

criar um mecanismo de tomada de decisões participativas (CONSANCPLP, 2012). Portanto, a rede mostrou-se eficaz, alcançando mudanças institucionais em curto prazo.

Assim como na CPLP, organizações brasileiras atuantes na FAO promoveram os mecanismos de participação social no Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). A reforma do CFS nos anos 2000 se inspirou do modelo Consea, especialmente no que tange à governança participativa. Como confirmado pelo Secretário Executivo do CFS em uma entrevista, o modelo do Consea já era conhecido pelos membros do comitê, mas o governo brasileiro também ajudou a promovê-lo, enviando grandes delegações que incluíam membros da sociedade civil para apresentar o programa Fome Zero e o Consea (Roma, outubro de 2013). Por sua vez, membros do Consea apontam o CFS como um espaço vital para expandir sua participação na governança global da segurança alimentar (Montpellier, outubro de 2013). No entanto, a natureza burocrática e fragmentada do CFS restringiu o impacto dessas iniciativas, gerando questionamentos sobre sua eficácia (Zanella; Duncan, 2015).

Além disso, o projeto de cooperação técnica “Compra de Africanos para a África” (PAA Africa), influenciado pelas políticas brasileiras de compra de alimentos de agricultores familiares, foi consolidado como um modelo por meio de diálogos entre funcionários da FAO e servidores públicos, ONGs e movimentos sociais brasileiros. Embora inicialmente estruturado como um acordo intergovernamental, o projeto ampliou a participação da sociedade civil, graças à participação do Consea brasileiro e da União dos Camponeses de Moçambique. Moçambique foi selecionado como país prioritário para o lançamento de uma iniciativa piloto de participação social no PAA Africa. Contudo, esta iniciativa foi restrita na prática, devido à falta de recursos, ao enfoque técnico dos colaboradores da FAO e do PMA no país, e à baixa participação das entidades da sociedade civil². Nesse contexto, o projeto passou por ajustes significativos, reflexo de negociações adicionais com a equipe da FAO e suas diretrizes.

² Resultados do trabalho de campo e da participação observante no escritório da FAO em Moçambique (2014 e 2015).

3.2. MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA FAO E NA CPLP

Além de apoiar a consolidação de *soft norms* e paradigmas, a transferência/difusão de políticas vem se estabelecendo como um instrumento de política externa (Stone; Porto de Oliveira; Pal, 2019). Nesse contexto, a CPLP endossou em 2010 a ambição brasileira de ampliar sua presença no sistema multilateral, respaldando oficialmente a candidatura de José Graziano à Direção-Geral da FAO em 2010 (Declaração de Luanda) e reafirmando o apoio a sua campanha de reeleição em 2015 (CPLP, 2014a). Ex-ministro do Desenvolvimento Social no Brasil e representante regional da FAO, além de líder da estratégia Fome Zero, Graziano demonstrou significativa autoridade em políticas alimentares (Porto de Oliveira, 2019).

A intensificação da cooperação técnica entre o Brasil e os membros africanos da CPLP aproximou esta comunidade da FAO, especialmente no que diz respeito ao objetivo de se tornar uma plataforma de segurança alimentar. Segundo um diplomata brasileiro, a CPLP desempenhou um papel crucial na campanha de Graziano, consolidando assim a presença da FAO dentro desta comunidade (Brasília, junho de 2013). Em 2012, a FAO abriu um escritório no Secretariado da CPLP em Lisboa e lançou um projeto de cooperação técnica (CPLP, 2014b). Graziano participou da Conferência de Chefes de Estado da CPLP no mesmo ano e contribuiu para a criação de uma campanha de arrecadação de fundos para a implementação da ESAN da CPLP (Muragy, 2014). Porto de Oliveira (Porto de Oliveira, 2019) também destaca o papel de Graziano como um “embaixador” da estratégia Fome Zero, contribuindo para a promoção, legitimação e mediação dos instrumentos de política brasileiros na FAO e globalmente.

O ativismo brasileiro na FAO também reverberou nos procedimentos da organização para a implementação de projetos de cooperação técnica. Observou-se, neste contexto, uma mudança parcial da gestão tecnicamente orientada para uma gestão político-diplomática da cooperação triangular. Em contraste com a prática tradicional de doadores que fornecem recursos financeiros para projetos regulares e especiais destas agências, a diplomacia brasileira (e de outras potências emergentes) buscaram progressivamente

um maior envolvimento na execução dos recursos investidos na cooperação triangular, aumentando a politização dessas iniciativas (Milhorange; Soulé-Kohndou, 2017; Soulé-Kohndou, 2014). No entanto, as organizações internacionais defendem uma espécie de autoridade racional-legal e afirmam participar de forma imparcial da formulação de normas internacionais.

De acordo com a literatura construtivista, as regras estabelecidas pelas organizações internacionais moldam o comportamento de seu pessoal e ajudam a racionalizar, despolitizar e sistematizar suas respostas a desafios externos (Barnett; Finnemore, 2004). Como mencionado por um servidor da FAO referindo-se ao projeto PAA África: *“O corpo técnico da FAO é muito forte. Todas as iniciativas exigem uma base técnica para avaliar suas operações. O discurso político tem um limite. Ele precisa de uma base concreta”* (Roma, outubro de 2013).

No entanto, apesar deste enfoque na abordagem técnica, a implementação da cooperação triangular foi em grande parte conduzida por representantes do governo. O escritório da FAO no Brasil inicialmente propôs administrar os recursos do governo brasileiro, conforme o modelo tradicional com instituições multilaterais. No entanto, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enfatizou a importância de participar diretamente nos processos de implementação e monitoramento, causando certo desconforto institucional (Brasília, junho de 2013; Milhorange; Soulé-Kohndou, 2017).

Por exemplo, o projeto PAA África foi gerido na FAO e no PMA por ex representantes dos ministérios brasileiros. Esse projeto teve supervisão direta da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome. Outro exemplo é o projeto “Troca de experiências e diálogo de políticas públicas para agricultura familiar na África”, gerenciado por um comitê diretor que envolveu a FAO e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), principal instituição de cooperação Sul-Sul do Brasil no setor rural, também estabeleceu um *liason office* na FAO em Roma em 2013. Tais órgãos governamentais influenciaram diretamente o projeto, desde a formulação de atividades até o recrutamento de pessoal e o acompanhamento de missões de monitoramento. Burocratas da FAO

chegaram a criticar a ausência de um sistema robusto de avaliação técnica na primeira fase do PAA África (2012-2013), mas medidas de monitoramento foram incorporadas na segunda fase para assegurar o “reconhecimento técnico” da ONU.

Neste contexto, os instrumentos de política alimentar desenvolvidos no Brasil passaram por um processo de *tradução* no âmbito da FAO. Tal processo foi influenciado pela cultura institucional da organização para produzir e difundir ideias e práticas políticas. A FAO incorporou conhecimentos políticos promovidos por atores brasileiros, ao mesmo tempo em que incluiu princípios alinhados com seus atributos burocráticos, como mecanismos de avaliação técnica.

Em resumo, a socialização de instrumentos de política desenvolvidos no Brasil foi impulsionada por uma rede de atores brasileiros diversos — diplomatas, administradores públicos e representantes da sociedade civil — engajados nas atividades da CPLP e da FAO. Por um lado, esta rede mobilizou uma série de recursos para ganhar legitimidade, notadamente sua experiência na redução da insegurança alimentar, assim como recursos materiais e técnicos que facilitaram sua participação em eventos internacionais e desenvolvimento de cooperação técnica. Recursos políticos e formais também foram mobilizados, principalmente aqueles alinhados com as ideias do governo Lula neste tema. Por outro lado, a CPLP e a FAO funcionaram como espaços de debate e negociação para a concepção e tradução de ideias políticas. Ainda assim, representantes dessas organizações puderam resistir e exercer influência sobre os resultados dessa tradução. A CPLP, menos institucionalizada e sem os mesmos recursos materiais e técnicos da FAO, mostrou-se mais permeável à influência brasileira em seus processos de governança e posições oficiais.

4. REDEFININDO AS NORMAS INTERNACIONAIS PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

4.1. SOCIALIZAÇÃO DO “PACOTE” FOME ZERO

O Brasil se impôs como uma referência para a construção da ESAN da CPLP e das estratégias nacionais de outros países membros, corroborado por relatórios que o apontam as realizações significativas do país em aspectos legais, institucionais e de políticas de combate à fome (ACTUAR; REDSAN-PALOP, 2012; CPLP, 2011). Embora o combate à fome já fizesse parte da agenda da CPLP desde 2003 (CPLP, 2003), o tema só ganhou destaque nos textos oficiais da comunidade a partir de 2008, após aprovação da Resolução sobre Segurança Alimentar na 7ª Conferência de Chefes de Estado (CPLP, 2008a). Diversos documentos enfatizam que o Brasil, diferentemente de outros membros, alcançou seus objetivos neste tema (FAO; CPLP, 2013). Adicionalmente, os relatórios da ESAN também mencionam a promoção de iniciativas de compras públicas para agricultores familiares e de alimentação escolar (CPLP, 2015).

Um diplomata brasileiro destacou o papel político deste processo: *“Tudo isto é sobre ensinar a fazer, mas à nossa maneira. Não se trata apenas de tecnologia; há uma filosofia por trás, uma maneira de pensar as políticas públicas. Fazer isso da forma brasileira cria um capital político enorme”* (Brasília, junho de 2013). Esse movimento também reverberou nos estados membros, como ilustra um membro da comunidade em Moçambique: *“A cúpula da CPLP foi um marco na difusão da agenda de segurança alimentar. O presidente de Moçambique estava lá e ficou claro para nós que nossa instituição, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, estava inadequadamente vinculada ao Ministério da Agricultura; no Brasil, esta instância é ligada à Presidência da República”* (Maputo, abril de 2014).

Portanto, embora a difusão de políticas seja crucial para a diplomacia brasileira no sistema multilateral, é importante notar que os ‘modelos’ disseminados nesse processo estão vinculados às ideias políticas de um grupo específico de atores que ganharam recursos políticos durante

a administração do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). A papel preponderante (*agency*) de atores da sociedade civil e grupos de servidores públicos é especialmente proeminente na socialização dessas políticas. Conforme apontado por Stone (2002), o embate de ideias para controlar os termos do debate político por meio do uso de conhecimento e experiências específicas são processos intrinsecamente políticos.

Um processo similar foi observado na FAO. O alinhamento entre produção agrícola e proteção social, uma vez parte da política brasileira sob o Ministro Graziano, foi endossada e priorizada pelo Conselho da FAO em dezembro de 2013, colocando este conceito no centro do novo arcabouço estratégico da organização (Roma, outubro 2013). Tal decisão abriu caminho para a integração da proteção social em múltiplas dimensões de política pública nas quais os especialistas da FAO costumam atuar, desde estratégias nacionais até planos de investimento (FAO, 2016a). Para respaldar institucionalmente essa mudança normativa, o Plano de Médio Prazo da FAO para 2014–2017 e o Plano de Trabalho e Orçamento para 2014–2015 recomendaram a alocação de recursos adicionais para iniciativas de proteção social nos países em questão. Além disso, foi criada uma Divisão de Proteção Social e estabelecido um grupo de trabalho intersetorial na FAO para fortalecer a coordenação da análise de políticas públicas e iniciativas nesta área. Para consolidar essa visão, uma equipe foi formada, contando com a contratação de ex-funcionários públicos brasileiros como consultores ou membros da equipe permanente.

A estratégia Fome Zero também encontrou eco em outras agências da ONU, inspirando a ampla campanha “Desafio Fome Zero”, lançada na Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 pelo então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon. Neste contexto, 23 agências, fundos e programas das Nações Unidas na área de segurança alimentar alinharam seus planos de trabalho à visão da campanha, incluindo o PMA, conforme indicado por sua representante em Moçambique (Maputo, março de 2013):

O Fome Zero e o programa Bolsa Família são modelos. Houve uma grande mudança após a eleição de Graziano. Podemos atestar esta mudança após a cúpula da CPLP. Estamos criando uma conexão política positiva entre a FAO e o PMA porque o Graziano interage fortemente com o Diretor Executivo do PMA. Isso contribuiu para o compartilhamento das políticas brasileiras com o PMA e o FIDA. Não é apenas um processo de animação dos países membros; é uma mudança dentro das Nações Unidas. Vemos um futuro promissor.

A principal mensagem deste “modelo” é que a fome e a pobreza são questões políticas, não agronômicas ou técnicas, e devem ser priorizadas nas agendas de políticas públicas. Essa ideia foi corroborada em entrevistas com interlocutores no Brasil e no exterior (MDS, Brasília, julho de 2013; Instituto Lula, São Paulo, junho de 2013), e apareceu em conversas com burocratas moçambicanos: *“O presidente Lula insistiu no Fome Zero, que se tornou o epicentro das políticas públicas no Brasil. Em Moçambique, estamos apenas começando, então nossa primeira batalha é dar mais peso político a essas questões”* (Ministério da Agricultura de Moçambique, Maputo, abril de 2014).

A difusão internacional desta mensagem contou com os recursos de legitimidade e os esforços diplomáticos do lado brasileiro. O objetivo do governo brasileiro e de instituições para-governamentais – especialmente a antiga divisão diplomática CGFome, o Instituto Lula e outros ministérios – era internacionalizar essa experiência. Diversos representantes confirmaram isso, como indicado nesta entrevista: *“Nos beneficiamos da identidade de Graziano em conexão com o Brasil e com o programa Fome Zero para criar mecanismos de difusão. O objetivo é focar na África”* (Instituto Lula, São Paulo, junho de 2013).

Além disso, diversos relatórios e reuniões da FAO enfatizaram a importância da proteção social aliada à produção agrícola, destacando a experiência brasileira. Entre 2010 e 2015, 64 intervenções nessa área foram realizadas em escala global (FAO, 2016b). Uma série de eventos foi organizada sob o lema “da proteção à produção”. O relatório “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015” sugeriu a combinação de

proteção social com investimentos direcionados aos agricultores mais vulneráveis, citando o programa brasileiro PAA África como uma iniciativa emblemática (FAO; FIDA; PAM, 2015). O relatório “*Achieving Zero Hunger*” também salientou o papel crítico do investimento em proteção social e agricultura, citando “experiências bem-sucedidas” de diferentes países (FAO, 2015a).

Além disso, o tema foi escolhido para o Dia Mundial da Alimentação de 2015, onde o termo “Fome Zero” apareceu em muitos discursos de líderes da ONU (FAO, 2015b, 2015c). Nesse contexto, os instrumentos de política, o Conselho de Segurança Alimentar (Consea) e exemplos legislativos do Brasil foram citados em diversos relatórios (FAO, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2010). As “Diretrizes para o Direito à Alimentação” ressaltaram medidas concretas para garantir o acesso aos alimentos. A FAO publicou um relatório recomendando a “generalização do modelo brasileiro de alimentação escolar” na América Latina e Caribe (Pye-Smith, 2014). Foi lembrado que o arcabouço legal do Brasil fundamentou a cooperação técnica com países em desenvolvimento, contribuindo assim para a promoção do Direito humano à alimentação adequada no plano internacional (FAO, 2010).

Esse processo ampliou a visibilidade da estratégia Fome Zero e a difusão de suas ferramentas operacionais entre os membros da CPLP e da FAO. Vale notar que os processos de difusão internacional são inicialmente sustentados pela publicização das experiências locais, o que inclui a disseminação de informações sobre a experiência, seus arranjos organizacionais e as condições sob as quais ela pode ser transferida e adaptada para vários contextos. Esse é um elemento chave para o processo de socialização, que requer recursos materiais, técnicos e de legitimidade (Blatrix, 2012).

4.2. TRADUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ‘MELHORES PRÁTICAS’ INTERNACIONAIS

Além dos instrumentos de segurança alimentar e proteção social, a promoção internacional das políticas de agricultura familiar na CPLP e FAO tornou-se um objetivo crucial para a rede brasileira de segurança alimentar. Graças a esse ativismo, o Consan /CPLP estabeleceu um grupo de trabalho sobre agricultura familiar, centralizando a questão em sua agenda institucional. Segundo uma organização brasileira representativa do setor, estes atores “*entraram em um debate sobre o papel da agricultura familiar na soberania alimentar mundial. Tal iniciativa abriu novos espaços para o diálogo, inclusive em relação às políticas públicas. Quando o Consan foi criado, foi possível priorizar a criação de um grupo de trabalho para dar visibilidade à agricultura familiar nos países em desenvolvimento.*” (Brasília, junho de 2013).

Os membros do Consan relatam que essa agenda encontrou desafios conceituais, especialmente quanto ao significado de “agricultura familiar”, o que levou a um processo de negociação e tradução de termos. Uma organização brasileira observou: “*Eles [países africanos] não dizem ‘agricultura familiar’. Para eles, é ‘pequeno camponês’. Esse debate conceitual é crucial para assegurar o diálogo e fortalecer a categoria de agricultura familiar*” (Brasília, junho de 2013). Vale notar que, no Brasil, a agricultura familiar ganhou contornos através de um processo político histórico que assegurou seu reconhecimento como uma categoria sócio-política com necessidades específicas de financiamento e políticas públicas (Sabourin; Samper; Sotomayor, 2016). Neste contexto, o objetivo harmonizar a definição da agricultura familiar nos países membros da CPLP orientou uma série de estudos (FAO; CPLP, 2013; FSN/FAO, 2012).

Paralelamente, o processo de mobilização que levou à criação de um Ano Internacional das Nações Unidas dedicado à agricultura familiar (Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014 [AIAF]) representou um marco na promoção desta agenda em nível global (Brasília, junho de 2013). Este foi o primeiro ano internacional da ONU promovido por organizações da sociedade civil. O comitê de preparação incluiu redes regionais e diversas

ONGs nacionais e internacionais (incluindo Oxfam, Via Campesina, a Organização Mundial de Agricultores e o Fórum Rural Mundial), além de institutos de pesquisa. Do lado latino-americano, a Contag assumiu um papel central. O AIAF 2014 pode ser considerado um dos resultados do processo de mobilização dos atores brasileiros em favor do reconhecimento da agricultura familiar pelas instâncias da ONU. Vale ressaltar que estes atores integraram um movimento transnacional existente; no entanto, eles participaram ativamente deste movimento e contribuíram para o seu fortalecimento, promovendo o debate diplomático com as instâncias governamentais, apoiando as redes regionais e fornecendo exemplos concretos e casos de sucesso. A presença de Graziano também foi um fator facilitador para a receptividade dessa agenda na organização.

O AIAF 2014 criou uma janela de oportunidade para intensificar o debate e fortalecer políticas para a agricultura familiar entre os membros da CPLP (CONSAN-CPLP, 2014). Outros resultados desses processos incluíram: i) maior visibilidade para metas associadas à agricultura familiar, com a FAO divulgando múltiplos relatórios e organizando reuniões globais que envolveram mais de 700 entidades; e o governo brasileiro contribuiu lançando e financiando a Plataforma de Conhecimento sobre Agricultura Familiar; ii) apoio à agricultura familiar através de projetos e estudos de caso da FAO. Em parceria com o PMA, a Divisão de Infraestrutura Rural e Agroindústria realizou estudos sobre compras públicas, incluindo as iniciativas brasileiras em alimentação escolar como referência; iii) fortalecimento da mobilização política, incluindo a extensão da campanha do AIAF por mais uma década, a criação da Redsan e o alinhamento com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), que facilitou trocas entre as organizações da sociedade civil da CPLP e do Mercosul (Niederle, 2016; Sabourin; Samper; Sotomayor, 2016).

Quanto à REAF, uma representante de ONG moçambicana observou: *“Aprendemos [nos intercâmbios entre CPLP e REAF] que a agricultura familiar no contexto do Mercosul tem uma função política. As decisões políticas são discutidas em parceria com a agricultura familiar (...) Aqui [em Moçambique], deveríamos considerar uma legislação que provê recursos e poder político para a agricultura familiar”* (Maputo, abril de

2014). Tal como na REAF, atores brasileiros envolvidos na CPLP e na FAO buscaram fortalecer uma coalizão política que acumulasse recursos institucionais e estabelecesse uma nova plataforma para o diálogo entre Estado e sociedade civil na formulação de políticas públicas.

Desta forma, órgãos da FAO e da CPLP endossaram propostas-chave da rede brasileira para a segurança alimentar que visavam elevar esta agenda na hierarquia governamental, consolidar espaços para participação social e reconhecer importância da agricultura familiar nas políticas de redução da pobreza. A rede ganhou impulso, sobretudo após a crise alimentar global, beneficiando-se do apoio do governo e da diplomacia brasileira. A incorporação desses conceitos também foi fruto de uma fertilização cruzada, impulsionada pelo diálogo entre a equipe da FAO, membros da CPLP, atores estatais e não-estatais brasileiros e especialistas nessas áreas (Milhorange, 2018).

No entanto, os resultados foram distintos em cada arena. Na FAO, as interações revelaram-se mais fragmentadas, as rotinas burocráticas mais influentes e os processos decisórios mais complexos, envolvendo múltiplos atores. Já na CPLP, a linguagem comum e a cooperação interestatal favoreceram o surgimento de uma rede trans-governamental, promovendo a circulação de ideias e instrumentos no campo da segurança alimentar e nutricional. Este tipo de rede está cada vez mais envolvida na definição de normas e agendas políticas, bem como na produção de *soft norms* (Legrand, 2016). Esse processo é distinto, mas paralelo ao que ocorre na FAO, onde se formam ‘redes globais de políticas públicas’ (Legrand; Stone, 2018).

5. CONCLUSÃO

O capítulo explorou a atuação de uma rede de atores brasileiros na CPLP e na FAO. Esta rede, caracterizada por forte densidade e interconexão em torno de um conjunto de ideias, promoveu o reconhecimento internacional da agricultura familiar e participou da difusão de ideias e instrumentos nos campos de segurança alimentar e participação social, definindo-as como “melhores práticas” internacionais.

Tal movimento mobilizou recursos de autoridade formal e legitimidade social e se beneficiou da janela aberta pela crise alimentar mundial, que criou a necessidade da comunidade internacional de encontrar novas soluções para desafios globais. Como ressaltado por Stone *et al.* (2019), organizações internacionais atuam como canais importantes de difusão de conhecimento e transferência de políticas.

A análise ressaltou as dinâmicas de poder e fatores diplomáticos, muitas vezes ocultadas pela complexidade das redes políticas e pela influência recíproca entre a difusão de políticas e a governança da segurança alimentar. Devin e Smouts (2011) nos lembram que, nesses arranjos flexíveis, identificar o papel de cada ator, especialmente das organizações internacionais, é problemático. Dessa forma, a análise se concentrou na capacidade dos atores brasileiros em influenciar ou participar de mudanças na produção e difusão de conhecimento por meio de mecanismos de socialização. Além disso, foi evidenciado que as organizações internacionais mostraram capacidade de ajustes contínuos através de mecanismos de tradução. Tais ajustes foram objeto de negociações que levam em conta tanto os princípios burocráticos como as avaliações técnicas e as opiniões de outros membros na tomada de decisões multilaterais.

Neste sentido, se, por um lado, os atores brasileiros se engajaram em um processo de politização dos procedimentos de tomada de decisão na FAO e na CPLP, por outro, as diretrizes defendidas por eles foram amplamente traduzidas com o objetivo de assegurar sua “eficiência” e “neutralidade”, ou seja, de despolitizá-las. Essa hibridização foi mais acentuada na FAO, devido à complexidade de seus processos decisórios e ao grande número de atores ativamente envolvidos.

Entretanto, a adoção sustentada dessas ideias e instrumentos exige tempo e recursos. A crise político-econômica enfrentada pelo Brasil desde 2015, culminando com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, afetou significativamente a capacidade de mobilização de atores brasileiros nas instâncias internacionais. Isso se deve a uma reorientação dos objetivos diplomáticos e à cortes orçamentários, que desencorajou a implementação de projetos de cooperação e a participação em encontros internacionais. Apesar desses desafios, a estratégia brasileira de

combate à fome ganhou legitimidade internacional ao longo da última década. Esforços para ampliar a parceria com a FAO contribuíram para manter ativas algumas iniciativas num primeiro momento. Na CPLP, a influência brasileira foi mais direta e imediata; portanto, a desmobilização ocorrida pós-2016 levou a um declínio mais pronunciado na difusão do conhecimento político brasileiro. Nos dois casos, o desmonte das políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional intensificado após 2018 interrompeu esta dinâmica (Sabourin; Craviotti; Milhorange, 2020).

Este estudo buscou elucidar os mecanismos, recursos e processos de validação do conhecimento pelos quais ideias políticas são reconhecidas por organizações internacionais, reinterpretadas e difundidas como modelos políticos. Ademais, assim como Stone (2002), o capítulo evidenciou como esse processo de difusão manteve uma dimensão política ao influenciar o poder de certas ideias e coordenar defensores e tradutores em redes. Pesquisas adicionais poderiam aprofundar a compreensão sobre como essas dinâmicas interagem com tendências mais amplas de promoção do trans-governamentalismo e da formulação de políticas em escala global.

AGRADECIMENTOS

Este capítulo é uma versão condensada e atualizada do conteúdo abordado no livro “New Geographies of Global Policy-Making: South-South Networks and Rural Development Strategies”, publicado pela Routledge em 2018. A autora agradece a Diane Stone, Timothy Legrand, Osmany Porto e Leslie Pal pelas críticas e sugestões que foram fundamentais para a revisão da versão inicial. Também estende um agradecimento a Felicidade Panguene, Israel Klug e Lorena Braz por suas informações e insights valiosos durante a pesquisa realizada no escritório da FAO em Moçambique.

FINANCIAMENTO

Este trabalho contou com o apoio do Conselho Regional de Île-de-France, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil e do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) da França.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO - ACTUAR; REDSAN-PALOP. *Mobilização social para a segurança alimentar e nutricional: a experience de trabalho em redes multi-temáticas da REDSAN-PALOP*. Coimbra: ACTUAR/REDSAN-PALOP, 2012.

BARNETT, M. N.; FINNEMORE, M. *Rules for the world: international organizations in global politics*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2004.

BLATRIX, C. Des sciences de la participation: paysage participatif et marché des biens savants en France. *Quaderni: Communication, technologies, pouvoir*, n. 79, p. 59–80, 5 out. 2012.

CALL, C.; ABDENUR, A. *A “Brazilian way”? Brazil’s approach to peacebuilding: Rising Powers and Peacebuilding*. Brasília: Brookings Institute, 2017.

CALLON, M. Éléments pour une sociologie de la traduction: La domestication des coquilles Saintjacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L’année sociologique*, v. 36, p. 169–208, 1986.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Declaração da Praia*: II Conferência dos chefes de Estado e de governo da CPLP: IIa Conferência dos chefes de Estado e de governo da CPLP. Praia: 17 jul.1998.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Declaração de Bissau*: Resolução sobre a concessão do estatuto de observador consultivo da CPLP. Bissau, 17 jul. 2006

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Declaração de Lisboa*: VII Conferência de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Paises de Lingua Portuguesa. Lisboa, 2008.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Declaração de Maputo*: IX Conferência de chefes de Estado e de governo da comunidade dos paises de lingua portuguesa. Maputo, 2012.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Declaração de Dili: X Conferência de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. Dili, 2014.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Estratégia de segurança alimentar e nutricional da CPLP: parte I: enquadramento*. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, jul. 2011.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Estratégia de segurança alimentar e nutricional da CPLP: enquadramento e órgãos para governação: guia rápido*. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, jun. 2015.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Relatório do Presidente do I Conselho de Ministros preparatório da Ia Conferência dos Chefes de Estado e de Governo: I Reunião do Conselho de Ministros da CPLP*. Salvador, 1997.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Resolução sobre o combate à fome em países da CPLP: VIII Reunião ordinária do Conselho de ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. Lisboa, 2003.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Resolução sobre a Segurança Alimentar: XIII Reunião ordinária do Conselho de Ministros/ VII Conferência dos chefes de Estado e de governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: 2008.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. *Resolução sobre a Declaração do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP: X Conferência de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. Lisboa, 2014.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP; FAO. *Convite à apresentação de propostas de iniciativas ou projetos a integrar na Plataforma eletrónica da Campanha "Juntos contra a Fome!"* Comunidade de Países de Língua Portuguesa, fev. 2014.

CONSAN-CPLP. *Declaração do grupo de trabalho de agricultura familiar do Consan-CPLP*. Lisboa, 2014.

CONSAN-CPLP. *Diretrizes para o mecanismo de facilitação da participação da sociedade civil*. Lisboa, 2012.

DELCOUR, L.; TULMETS, E. (ed.). *Policy Transfer and Norm Circulation: Towards an Interdisciplinary and Comparative Approach*. Abingdon, Oxon; New York, NY : Routledge, 2019.

DEVIN, G.; SMOUTS, M.-C. *Les organisations internationales*. Paris: A. Colin, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Right to food: lessons learned in Brazil*. Rome: Food and Agriculture Organization, 2007.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Methods to monitor the human right to adequate food*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2008. v. 1.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Budget work to advance the right to food*. Rome: FAO, 2009a.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Guide to conducting a right to food assessment*. Rome: FAO, 2009b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Guide pour légiférer sur le droit à l'alimentation*. Rome: Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Global trends and future challenges for the work of the Organization*. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/meeting/025/md883E.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Achieving Zero Hunger: the critical role of investments in social protection and agriculture*. 2 ed. Rome: Food and Agriculture Organization, 2015a.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Allocutions du directeur général de la FAO José Graziano da Silva à la Célébration de la Journée mondiale de l'alimentation*. 2015b. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/fr/c/4eae91eb-50ef-4cd4-ac68-565ec6549d39>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Remarks to the Opening Ceremony of World Food Day at Expo Milan by Secretary-General Ban Ki-moon, World Food Day Ceremony: Friday, 16 October 2015c - Expo Milano Auditorium, 11.45 – 12.40*. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/2475c591-25d4-42df-86f6-f2aa2f700430>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. 2016a. *Protection sociale*. Disponível em: <http://www.fao.org/social-protection/fr/>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. *Presentations on cash transfers and social protection impacts in sub-Saharan Africa given by PtoP team members*. 2016b. Disponível em: http://www.fao.org/economic/ptop/publications/presentations/en/?utm_source=socialprotection&utm_medium=webpage&utm_campaign=faothemes. Acesso em: 26 jan. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO; CPLP. *Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP*. Rome: Food and Agriculture Organization, 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO; FIDA; PAM. *L'état de l'insécurité alimentaire dans le monde 2015*. Rome: Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, 2015.

FOUILLEUX, È. À propos de crises mondiales... Quel rôle de la FAO dans les débats internationaux sur les politiques agricoles et alimentaires? *Revue française de science politique*, v. 59, n. 4, p. 757–782, 2009.

FRANCESCO, F. D.; GUASCHINO, E. Reframing knowledge: A comparison of OECD and World Bank discourse on public governance reform. *Policy and Society*, p. 1–16, 15 maio 2019.

FRAUNDORFER, M. Zero Hunger for the world: Brazil's global diffusion of its Zero Hunger Strategy. *Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 2, n. 4, p. 91–116, jul. 2013.

FSN/FAO. *Consulta Eletrônica: Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP*. Rome: Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional, nov. 2012.

HADJIISKI, M.; PAL, L. A.; WALKER, C. (ed.). *Public policy transfer: micro-dynamics and macro-effects*. Northampton, MA: Edward Elgar Pub, 2017.

HASSENTEUFEL, P. *et al.* Policy Diffusion and Translation: The Case of Health Agencies. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 36, n. 01, p. 77–98, mar. 2017.

HERNANDO, M. G.; PAUTZ, H.; STONE, D. Think tanks in 'hard times' – the Global Financial Crisis and economic advice. *Policy and Society*, v. 32, n. 2, p. 125–139, 2018.

IFPRI. *Hausse des prix alimentaires et actions stratégiques proposées: que faire, par qui et comment*. Institut international de recherche sur les politiques alimentaires, 2008. Disponível em: <http://www.drylands-group.org/noop/file.php?id=1549>.

LEGRAND, T. Elite, exclusive and elusive: transgovernmental policy networks and iterative policy transfer in the Anglosphere. *Policy Studies*, v. 37, n. 5, p. 440–455, 2 set. 2016.

LEGRAND, T.; STONE, D. Science diplomacy and transnational governance impact. *British Politics*, v. 13, n. 3, p. 392–408, set. 2018.

MILHORANCE, C. *New Geographies of Global Policy-Making: South-South Networks and Rural Development Strategies*. New York and London: Routledge, 2018.

MILHORANCE, C.; BURSZTYN, M.; SABOURIN, E. The politics of the internationalisation of Brazil's 'Zero Hunger' instruments. *Food Security*, p. 1–14, 1 fev. 2019.

MILHORANCE, C.; SOULÉ-KOHNDU, F. South-South Co-operation and Change in International Organisations. *Global Governance*, v. 23, n. 3, p. 461–481, 2017.

- MOLONEY, K.; STONE, D. Beyond the State: Global Policy and Transnational Administration. *International Review of Public Policy*, v. 1, n. 1:1, p. 104–118, 17 jun. 2019.
- MURAGY, M. *Intervenção do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Muragy*. Lançamento da Campanha “Juntos Contra a Fome!”, 20 fev. 2014.
- NIEDERLE, P. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 2, n. 24, p. 35, 2016.
- PAL, L. A. *Frontiers of Governance*. London: Palgrave Macmillan UK, 2012.
- PECK, J.; THEODORE, N. *Fast Policy: Experimental Statecraft at the Thresholds of Neoliberalism*. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 2015.
- PORTO DE OLIVEIRA, O. Policy ambassadors: human agency in the transnationalization of Brazilian social policies. *Policy and Society*, p. 1–17, 12 set. 2019.
- PYE-SMITH, C. *Généraliser le modèle brésilien d'alimentation scolaire: utiliser la coopération sud-sud pour partager l'expérience brésilienne en matière d'alimentation scolaire en Amérique latine et dans les Caraïbes*. Rome: Organisation des Nations unies pour l'alimentation et l'agriculture, 2014.
- SABOURIN, E.; CRAVIOTTI, C.; MILHORANCE, C. The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. *International Review of Public Policy*, v. 2, n. 1, p. 1–24, 2020.
- SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (ed.). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe*. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2016.
- SILVA, J. F. G. DA; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. DE (ed.). *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- SOULÉ-KOHNDOU, F. A. Forums d'émergents et multilatéralisme: le cas du forum IBAS (Inde-Brésil-Afrique du Sud). *Perspectives internationales*, n. 2, p. 135–145, set. 2012.
- SOULÉ-KOHNDOU, F. A. *Les “clubs” de puissances “émergentes”: fonctions objectives et usages stratégiques: le cas du forum de dialogue IBAS (Inde-Brésil-Afrique du Sud)*. Thèse (Doctorat) - Institut d'Etudes Politiques de Paris, Paris, 2014.
- STONE, D. Introduction: global knowledge and advocacy networks. *Global Networks*, v. 2, n. 1, p. 1–12, jan. 2002.
- STONE, D. Transfer and translation of policy. *Policy Studies*, v. 33, n. 6, p. 483–499, 1 nov. 2012.
- STONE, D.; LADI, S. Global Public Policy and Transnational Administration. *Public Administration*, v. 93, n. 4, p. 839–855, 2015.

STONE, D.; PORTO DE OLIVEIRA, O.; PAL, L. A. Transnational policy transfer: the circulation of ideas, power and development models. *Policy and Society*, p. 1–18, 23 set. 2019.

TULMETS, E. *La conditionnalité dans la politique de l'élargissement de l'Union Européenne à l'Est: un cadre d'apprentissage et de socialisation mutuelle?* Thèse (Doctorat) - Institut d'Etudes Politiques de Paris/ Freie Universität Berlin, Paris, 2005.

ZANELLA, M.; DUNCAN, J. *The UN's most inclusive body at a crossroads*. Food Governance: reflections on food, governance, sustainability and related topics, 22 out. 2015. Disponível em: <http://foodgovernance.com/2015/10/22/the-uns-most-inclusive-body-at-a-crossroads/>. Acesso em: 29 mar. 2016.

